

**APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE
DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE EXTREMA-DIREITA**

**PRESENTATION OF THE THEMATIC DOSSIER: CRITICAL REFLECTIONS ON
DIVERSITY AND EDUCATION IN EXTREME-RIGHT TIMES**

**PRESENTACIÓN DEL DOSSIER TEMÁTICO: REFLEXIONES CRÍTICAS SOBRE
DIVERSIDAD Y EDUCACIÓN EN TIEMPOS DE EXTREMA-DIREITA**

Dra. Arlete Ramos dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Dra. Alcía Eugenia Olmos
Universidade Provincial de Córdoba – UPC

Dr. Allan Damasceno
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Temos a satisfação de compor a organização do Dossiê *Reflexões críticas sobre Diversidade e Educação em tempos de extrema-direita*, publicado na Revista Estudos em Educação e Diversidade – REED, o qual traz um conjunto de textos cujo conteúdo destaca o desmonte das políticas públicas como projeto do capital, sobretudo após o golpe de 2016. No caso brasileiro, evidencia-se quando a disputa por hegemonia alçou ao poder grupos representando o empresariado, os fundamentalistas religiosos, os militares e negacionistas, portadores de um discurso sobre a educação meritocrática e pensado a partir dos exames de larga escala. Contudo, isso implica em uma série de perdas, principalmente para as modalidades da educação que estão inseridas no contexto da diversidade, impactando diretamente na negação de direitos e no desrespeito às diferenças. Então, é objeto desse Dossiê a compreensão desses impactos com destaque para esse contexto de pandemia da Covid-19.

É objeto desse Dossiê a compreensão dos impactos das políticas neoliberais aplicadas à educação nos últimos anos, principalmente, nesse contexto de pandemia da Covid-19. Este Dossiê está composto de treze textos que abordam questões estruturais sobre a diversidade, principalmente, no que se refere ao governo de extrema-direita implementado pelo bolsonarismo no Brasil.

A educação em tempos de extrema-direita: o abandono educacional-tecnológico no campo

Uma análise sobre a influência dos ideais de extrema-direita para o abandono das escolas do campo, e foca na infraestrutura tecnológica das escolas campesinas, com destaque para o estado da Bahia.

Igor Tairone Ramos dos Santos, Eliane Nascimento dos Santos e Arlete Ramos dos Santos

Los desafíos de la educación rural en tiempos de neoliberalismo, políticas de ajuste y pobreza

Uma análise sobre os efeitos das políticas neoliberais do setor educacional, especialmente no de educação rural. Nesse contexto, a Argentina, antes de quase todos os demais países, sofreu com a falta de articulação e de financiamento do setor educacional.

Alicia Olmos e Pablo Fernández

Ciência e sociedade civil sob necropolíticas

Os autores buscam apontar elementos do cotidiano provenientes do reacionarismo e negacionismo mais recentes no Brasil e no mundo, os quais fazem parte dos modos de pensar e agir que compõem a estrutura política da extrema-direita mundial e são partes cruciais de movimentos anti-ciência e de políticas progressistas.

Everton Henrique Eleutério Fargoni, Mayna Zacarias, William Augusto Vicente e João dos Reis Silva Júnior

Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade)

Do ponto de vista da garantia dos direitos a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) representou um importante avanço ao dar visibilidade para sujeitos historicamente silenciados e excluídos do processo educacional. Sua extinção no ano de 2016 evidencia o projeto educacional ancorado e em diálogo com a agenda política neoliberal e conservadora.

Vanessa Campos de Lara Jakimiu

A "nova" política de educação especial como afronta aos direitos humanos: análise crítica do Decreto 10.502/2020

Uma análise crítica do conteúdo do Decreto nº 10.502/2020, demonstrando suas incongruências e incompatibilidades com as conquistas da Educação em Direitos Humanos no cenário brasileiro, bem como as intencionalidades político-pedagógicas presentes, ainda que implicitamente.

Élida Cristina Santos da Silva e Jefferson da Silva Moreira

Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial em uma escola periférica brasileira

Uma pesquisa realizada em uma escola da rede municipal de Duque de Caxias, localizada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro que possuía em seu quadro discente, estudantes com deficiência matriculados que contavam com apoio do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais.

Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro e Rosilene Lima da Silva

Guerra cultural no (neo)fascismo brasileiro: uma análise dos programas Escola sem Partido e Future-se

A autora destaca que tal fenômeno é uma importante ferramenta política, social e psíquica de colonização da subjetividade. Através desta, é possível estabelecer na sociedade um governo fascista, bem como promover a adesão social de ideologias antidemocráticas, capazes de gerar crises às quais produzem ressonância nos modos de vida e reverberam no sofrimento do brasileiro.

Livia Fernandes

Gênero, ideologia e poder: uma análise crítica dos discursos parlamentares sobre a política educativa no Brasil

Uma análise sobre os discursos de parlamentares da Câmara das deputadas e deputados do Brasil em relação à temática de gênero e sexualidade na política pública de educação no país.

Priscila Freire

Inclusão em educação e a formação de professores em perspectiva: entre velhos dilemas e desafios contemporâneos

Neste texto os pesquisadores destacam que o fomento a uma reflexão sobre a formação de professores tem balizado a inclusão em educação, sobretudo no que diz respeito ao acolhimento dos estudantes com deficiências em salas regulares.

Allan Rocha Damasceno e Isabela Damasceno Cruz

Poderes e perigos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da Vida

Uma análise sobre o documento "Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE)", instituído pelo Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020.

Carolline Septimio, Leticia Carneiro da Conceição e Vanessa Goes Denardi

Ações do poder público e das comunidades no embate contra o fechamento de escolas no Cariri paraibano

Resultado de uma pesquisa de conclusão do curso de licenciatura em Educação do Campo, cujo objeto de estudo foi as ações do poder público e da comunidade no fechamento de escolas no município de Sumé (PB).

Daniilo Souza Farias e Maria do Socorro Silva

Ocupar e resistir: a luta secundarista pela transformação do espaço escolar

Uma análise das transformações do espaço escolar a partir das ocupações secundaristas ocorridas no ano de 2016, tendo como referência o movimento do Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Pelotas.

Júlia da Rocha Clasen, Lívian Lino Netto e Aline Accorssi

Concepção de formação do MST: preparação pedagógica e metodológica para a coletivização da luta

O artigo apresenta alguns elementos que consubstanciam a base da concepção de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que visa capacitar as pessoas da base social do movimento, dando-lhes as condições de formação social e política para o enfrentamento diário da luta de classes.

Antoniél A. Oliveira e Maria de Fátima de A. Martins

As políticas neoliberais aplicadas à educação nos últimos anos têm provocado no campo educacional uma série de entraves à democratização do ensino, à participação cidadã e ao reconhecimento de que só se enfrentará a desigualdade econômica se for enfrentada de perto a desigualdade educacional. Os impactos são evidentes, pois além do desmonte da diversidade, através dos decretos e resoluções que visam aniquilar as possibilidades de educação escolar e não escolar, as práticas e ideologias da extrema direita estão buscando cada vez mais espaço no âmbito estatal.

Na atualidade, as políticas educacionais voltadas para a diversidade, subjacentes às reformas educacionais, refletem diretamente no planejamento escolar, de modo que os agentes educacionais precisam repensar a própria prática no seu contexto (micro), para dar conta da implementação de uma nova política educacional que se conforma ao projeto histórico de sociedade pensado pelas grandes agências do capitalismo global. Partimos do pressuposto de que o modelo educacional preconizado pelo capital, pautado na proposição de competências operacionais, não leva em consideração a diversidade humana, em direção à mudança de compreensão de mundo, de modo que isso reverbere no desenvolvimento de práticas condizentes com a vocação ontológica do ser humano, que é superar sua condição desumanizadora que lhe impõe o atual modo de produção capitalista. Isso só será possível a partir de uma formação humana capaz de impulsionar a transformação social.

Este Dossiê está composto de treze textos que abordam questões estruturais sobre a diversidade, principalmente, no que se refere ao governo de extrema-direita implementado pelo bolsonarismo no Brasil. No primeiro artigo, intitulado *Ciência e sociedade civil sob necropolíticas*, de autoria de Everton Henrique Eleutério Fargoni, Mayna Zacarias, William Augusto Vicente e João dos Reis Silva Júnior, os autores apontam elementos do cotidiano provenientes do reacionarismo e negacionismo mais recentes no Brasil e no mundo, os quais fazem parte dos modos de pensar e agir que compõem a estrutura política da extrema-direita mundial e são partes cruciais de movimentos anticiência e de políticas progressistas. Estes movimentos se inserem no que os autores denominam de necropolítica, uma ordem de ações que impulsionam desigualdades sociais no mundo todo e que tem se sustentado no Brasil por meio do fenômeno do Bolsonarismo.

Já o segundo artigo, *Los desafíos de la educación rural en tiempos de neoliberalismo*, políticas de ajuste y pobreza, os autores Alicia Olmos e Pablo Fernández apresentam uma análise sobre os efeitos das políticas neoliberais do setor educacional, especialmente no de educação rural. Desde o final da primeira década deste século, os governos da América

Latina começaram a se deslocar para a direita onde se observa um restabelecimento do conservadorismo, seja por meios eleitorais seja por meios violentos fraudulentos. Nesse contexto, a Argentina, antes de quase todos os demais países, sofreu com a falta de articulação e de financiamento do setor educacional, num contexto de liquefação da renda familiar, pauperização e, recentemente, pandemia, com efeitos sobre a inclusão de vastos setores da população.

O texto seguinte foi escrito pelos autores Igor Tairone Ramos dos Santos, Eliane Nascimento dos Santos e Arlete Ramos dos Santos, e tem como título *A educação em tempos de extrema-direita: o abandono educacional-tecnológico no campo*. Neste texto os autores apresentam uma análise sobre a influência dos ideais de extrema-direita para o abandono das escolas do campo, e foca na infraestrutura tecnológica das escolas campesinas, com destaque para o estado da Bahia/Brasil. A metodologia utilizada foi qualitativa e os resultados demonstraram que a extrema-direita está, constantemente, atuando de modo a promover um ensino sem teor crítico, focado nos anseios do capital. Apontam ainda que a falta de investimento nas escolas rurais gera desigualdades educacionais e exclusão digital.

O quarto texto, *Inclusão em educação e a formação de professores em perspectiva: entre velhos dilemas e desafios contemporâneos*, tem como autores Allan Rocha Damasceno e Isabela Damasceno Cruz. Neste texto os pesquisadores destacam que o fomento a uma reflexão sobre a formação de professores baliza a inclusão em educação, sobretudo, no que diz respeito ao acolhimento dos estudantes com deficiências em salas regulares. Os autores apresentam os aspectos relativos às dimensões de sociedade, cultura, educação e formação fundamentados na Teoria Crítica da Sociedade, especialmente representada pelo pensamento de Theodor Adorno. Nas considerações finais apontam os desafios postos a todos os(as) professores(as) de resistência em tempos de pseudodemocracia no Brasil, o que implica na compreensão de que uma sociedade verdadeiramente inclusiva supõe, antes de tudo, o reconhecimento do fenômeno da exclusão social como uma característica da sociedade contemporânea.

Daniilo Souza Farias e Maria do Socorro Silva são autores do quinto texto que tem como título *Ações do poder público e das comunidades no embate contra o fechamento de escolas no Cariri paraibano*. Traz o resultado de uma pesquisa de conclusão do curso de licenciatura em Educação do Campo, cujo objeto de estudo foi as ações do poder público e da comunidade no fechamento de escolas no município de Sumé (PB). A abordagem dialética contribuiu para compreender as ações realizadas no processo de fechamento e de resistência, a partir dos procedimentos de análise documental e de entrevista com os sujeitos diretamente

envolvidos no processo. No que se refere às comunidades, os autores identificaram nos dados que os sujeitos apresentam ações sobre o questionamento e o fechamento de escolas como algo natural, bem como a visão da escola na comunidade como direito e também como um espaço coletivo de vivência cultural, social e afetiva para a comunidade.

O artigo seguinte traz como tema *Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade)*, e tem como autora Vanessa Campos de Lara Jakimiu, a qual observa que do ponto de vista da garantia dos direitos a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) representou um importante avanço ao dar visibilidade para sujeitos historicamente silenciados e excluídos do processo educacional. No entanto, a sua extinção no ano de 2016 evidencia o projeto educacional ancorado e em diálogo com a agenda política neoliberal e conservadora, que não só desconsidera todo caminho de luta e de garantias de direitos percorridos até então, como banaliza e apaga a memória histórica dos sujeitos para os quais as ações e programas da SECADI se destinavam.

Ocupar e resistir: a luta secundarista pela transformação do espaço escolar, de autoria de Júlia da Rocha Clasen, Livian Lino Netto e Aline Accorssi vem na sequência apresentando uma análise das transformações do espaço escolar a partir das ocupações secundaristas ocorridas no ano de 2016, tendo como referência o movimento do Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas. Os autores nos esclarecem que os/as estudantes produziram durante a ocupação diários e publicações em uma rede social, a fim de informar a sociedade sobre a organização do movimento, e é com base nestes materiais que eles desenvolveram esta análise. Destacam que o movimento de ocupação foi questionador e tensionador do cotidiano e das relações estruturantes da escola que possibilitaram uma transformação deste espaço. Os/as jovens demonstram articulação política do movimento na disputa do pensamento social, através de um rompimento com cristalizações do cotidiano da ordem do capital, reproduzido nas instituições formativas do pensamento.

O oitavo artigo apresenta *A “nova” política de educação especial como afronta aos direitos humanos: análise crítica do Decreto 10.502/2020*, cujos autores são Élide Cristina Santos da Silva e Jefferson da Silva Moreira. O texto traz problematizações acerca dos pressupostos do Decreto n.º 10.502/2020, do governo Jair Messias Bolsonaro, que institui a “Política de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida”. Os autores apresentam como objetivo geral do estudo uma análise crítica do conteúdo do Decreto n.º 10.502/2020, demonstrando suas incongruências e incompatibilidades com as conquistas

da Educação em Direitos Humanos no cenário brasileiro, em especial, nas duas últimas décadas, bem como as intencionalidades político-pedagógicas presentes, ainda que implicitamente. A metodologia utilizada foi qualitativa com análise documental e bibliográfica, pautado em uma análise crítico-interpretativa das disposições gerais, princípios, objetivos e diretrizes presentes no Decreto que foi objeto da pesquisa.

Já o artigo nono, *Concepção de formação do MST: preparação pedagógica e metodológica para a coletivização da luta*, tem a autoria de Antoniel A. Oliveira e Maria de Fátima de A. Martins. O artigo apresenta alguns elementos que consubstanciam a base da concepção de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que visa capacitar as pessoas da base social do movimento, dando-lhes as condições de formação social e política para o enfrentamento diário da luta de classes. A discussão demonstra elementos utilizados na formação da consciência como processo do MST, discutindo as táticas e metodologias utilizadas e apresentando os desafios permanentes para que essa formação aconteça.

O décimo artigo intitulado *Políticas públicas de educação inclusiva: desafios à formação de estudantes público-alvo da educação especial em uma escola periférica brasileira*, tem a autoria de Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro e Rosilene Lima da Silva. Trata-se de uma pesquisa realizada em uma escola da rede municipal de Duque de Caxias, localizada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro que possuía em seu quadro discente, estudantes com deficiência matriculados que contavam com apoio do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais. Os procedimentos de coleta dos dados se deram por meio de observação da prática e da análise de documentos. Como resultados os autores destacam que a maioria dos alunos público-alvo da Educação Especial frequentavam o AEE e que embora as Políticas Públicas garantiam a matrícula, o acesso e a permanência desses estudantes ameaçados por falta de recursos, como: verbas para adequações dos espaços físicos, compra de material e capacitação dos profissionais. Mas, salientam a existência de muitas conquistas que vêm acontecendo no atendimento aos estudantes com deficiência na escola pesquisada.

Lívia Fernandes escreveu o texto seguinte que tem como título *Guerra cultural no (neo)fascismo brasileiro: uma análise dos programas Escola sem Partido e Future-se*. A autora destaca que tal fenômeno é uma importante ferramenta política, social e psíquica de colonização da subjetividade. Através desta, é possível estabelecer na sociedade um governo fascista, bem como promover a adesão social de ideologias antidemocráticas, capazes de gerar

crises às quais produzem ressonância nos modos de vida e reverberam no sofrimento do brasileiro.

Gênero, ideologia e poder: uma análise crítica dos discursos parlamentares sobre a política educativa no Brasil, de autoria de Priscila Freire, é o título do próximo texto que apresenta uma análise sobre os discursos de parlamentares da Câmara das deputadas e deputados do Brasil em relação à temática de gênero e sexualidade na política pública de educação no país. Além disso, a autora apresenta a análise crítica feminista do discurso por meio do aspecto semiótico nos pronunciamentos dos/as parlamentares ao tratar dessa temática e argumenta que os posicionamentos contrários constroem uma estrutura discursiva ideológica de “nós contra a minoria” para desestabilizar as correlações de força em torno das questões de gênero e sexualidade nas políticas públicas.

Por fim, o último texto, *Poderes e perigos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da Vida*, escrito por Carolline Septimio, Leticia Carneiro da Conceição e Vanessa Goes Denardi, traz uma análise sobre o documento “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE)”, instituído pelo Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020. De acordo com os autores, o texto traz uma abordagem teórico-metodológica sustentada na pesquisa de abordagem qualitativa à luz dos estudos de Foucault (1985, 1988, 1995, 2002, 2008, 2010, 2014), Rodrigues (2006) e Veiga-Neto e Lopes (2007). Os resultados demonstram que a Política Nacional não apresenta alinhamento com o debate atual acerca da educação inclusiva e que o documento fere princípios dos direitos das Pessoas com deficiência, reforçando um modelo segregador de educação especial e incentivando o atendimento dessas pessoas em centros especializados, escolas e classes especiais, retomando uma perspectiva excludente pautada no modelo médico de deficiência.

Nosso desejo é que as problematizações deste dossiê nos provoquem no avanço do debate sobre a relação educação, diversidade e processos de inclusão/exclusão, indubitavelmente impactados neste momento histórico-político pelo atual estágio civilizatório, quiçá, pelo ideário de extrema-direita, que encontra na contemporaneidade sua maximização de forças no Brasil no governo vigente, em meio ao cenário pandêmico de maior gravidade que talvez as últimas gerações tenha vivido no mundo.

Nesse sentido, desejamos que a leitura dos textos nos permita o esclarecimento, entendido como a saída da auto inculpável minoridade, no sentido Kantiano, ou seja, que ao compreendermos sob diferentes perspectivas os processos de exclusão, visivelmente

identificados como recorrentes nos diferentes aspectos educacionais/escolares retratados nos artigos, possamos resistir e transformar essa realidade.

Por fim, nossa esperança, compartilhada no sentido Freireano, é que sejamos capazes de, pela educação crítica/emancipatória, estabelecer redes colaborativas que nos potencializem na afirmação da práxis humanizadora, que reconheça as diferenças humanas como condição inerente às subjetividades e que, superando a lógica cruel e maniqueísta do neoliberalismo, possamos edificar uma educação mais plural e democrática!